

**Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)**



ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL

Atena
Editora
Ano 2021

**Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)**



ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: organização, direção e controle da atividade organizacional

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: organização, direção e controle da atividade organizacional / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-973-8

DOI 10.22533/at.ed.738211504

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Organização, Direção e Controle da Atividade Organizacional” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este primeiro volume reúne um conjunto de vinte e sete capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ESTILO DE LIDERANÇA E CONTROLE GERENCIAL: O PAPEL DAS ALAVANCAS DE CONTROLE NAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

Andressa Aparecida Zanrosso Kerkhoff

Diones Bugalho

Silvana Dalmut Kruger

DOI 10.22533/at.ed.7382115041

CAPÍTULO 2..... 18

A INFLUÊNCIA E O PODER DE UM LÍDER NO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

José Alisson de Oliveira

Guilherme da Silva Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7382115042

CAPÍTULO 3..... 30

LIDERANÇA: UMA DIMENSÃO DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL SECRETÁRIO EXECUTIVO NO ÂMBITO DA UFRR

Rutineia de Oliveira Carvalho

Faerly Pereira Pinho

DOI 10.22533/at.ed.7382115043

CAPÍTULO 4..... 45

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE LIDERANÇAS UNIVERSITÁRIAS E EMPRESARIAIS

Abner Santos Belém

Raphael Henrique de Fernandes Matos

DOI 10.22533/at.ed.7382115044

CAPÍTULO 5..... 57

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, SOCIAL E RELACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE SAUDÁVEL NO TRABALHO

Elizeth Germano Mattos

Gislaine Lima da Silva

Bruna da Costa Nasimbern dos Santos

Hingrid Furquim Gomes

DOI 10.22533/at.ed.7382115045

CAPÍTULO 6..... 66

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO: UM RELATO DOS NÚMEROS DE ACIDENTES DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS NO BRASIL (2012-2018)

Carlos Antonio da Silva Carvalho

Júlio Cesar da Silva

Julya Lecyr Lopes Paciello Correa de Lima

Sulamytha da Silva Brum

DOI 10.22533/at.ed.7382115046

CAPÍTULO 7.....83

POSSÍVEIS CAUSAS DA ROTATIVIDADE DE PESSOAL: UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Larissa Bulsing Fontana
Ellen Freitas dos Santos
Cleuber Rodrigo do Amarante Roggia

DOI 10.22533/at.ed.7382115047

CAPÍTULO 8.....91

CONQUISTAS E DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NA ÁREA DE *GAMES*, OS *YOUTUBERS* E *STREAMERS*

Felipe Viktor Rossa
Juciele Marta Baldissarelli
Adelcio Machado dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7382115048

CAPÍTULO 9.....103

RELACIONAMENTOS EM REDES DE COOPERAÇÃO: PROPOSTA DE *FRAMEWORK* E SUA APLICAÇÃO EM UMA REDE DE COOPERAÇÃO METAL-MECÂNICA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Adriana Troczinski Storti
Glaucia Karina Martofel
Silvana Saionara Gollo

DOI 10.22533/at.ed.7382115049

CAPÍTULO 10.....116

O CLIMA ORGANIZACIONAL FAVORÁVEL COMO VARIÁVEL NECESSÁRIA À GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Adriana Rodrigues de Melo Tavares
Márcia Lopes Reis
Sônia Maria Gomes Alexandre Galinha

DOI 10.22533/at.ed.73821150410

CAPÍTULO 11.....128

EDUCATIONAL MANAGEMENT MODEL FOR RURAL PUBLIC EDUCATIONAL INSTITUTIONS OF THE PROVINCE OF TACNA

Lucy Goretti Huallpa Quispe
Brígida Dionicia Huallpa Quispe
Lucilda Stefani Herrera Maquera
Patricia Matilde Huallpa Quispe
Mario Román Flores Roque
Isabel del Carmen Espinoza Reynoso
Giovanna Verónica Guevara Cancho
Walter Merma Cruz

DOI 10.22533/at.ed.73821150411

CAPÍTULO 12..... 142

ANÁLISE ERGONÔMICA DE UMA BIBLIOTECA EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO

Mateus Araújo de Araújo
Marcos Araújo de Araújo
Alberto Carlos de Melo Lima
Déborah Sampaio Pedreira Alves
Everton David Souza Quemel

DOI 10.22533/at.ed.73821150412

CAPÍTULO 13..... 155

PERCEÇÃO DA GESTÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS POR PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: UMA PERSPECTIVA DAS CAPACIDADES DINÂMICAS ESTRATÉGICAS

Naiara Silva Ferreira
Artur Vicente da Costa
Anderson Lopes Nascimento
Fernando Antônio Colares Palácios

DOI 10.22533/at.ed.73821150413

CAPÍTULO 14..... 172

PRINCÍPIOS PARA ANÁLISE DE APLICATIVOS SOB A PERSPECTIVA DA USABILIDADE E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DO *M-LEARNING*: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Marcos Vinicius Mendonca Andrade

DOI 10.22533/at.ed.73821150414

CAPÍTULO 15..... 185

AS DIFICULDADES DOS ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM FREQUENTAR AS MONITORIAS DE UMA UNIVERSIDADE

Vanessa Miguel Augusto de Souza
Isabel Cabral

DOI 10.22533/at.ed.73821150415

CAPÍTULO 16..... 198

PANORAMA DO USO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS EM PESQUISAS SOBRE A APLICAÇÃO DA ESCALA HEdPERF

Grasiano Freitas da Silva
Sandro Vieira Soares
Cristina Martins

DOI 10.22533/at.ed.73821150416

CAPÍTULO 17..... 217

ADVERGAMES: VIDAS ILIMITADAS PARA FAZER PROPAGANDA

Ronie Oliveira Reyes

DOI 10.22533/at.ed.73821150417

CAPÍTULO 18.....	236
NEUROMARKETING E ESTÍMULOS VISUAIS: O PODER DE ESTÍMULOS VISUAIS NO PROCESSO DE DECISÃO INSTINTIVA	
Ana Giulia Pfau Machado	
Luciana do Nascimento Lanchote	
DOI 10.22533/at.ed.73821150418	
CAPÍTULO 19.....	255
MÃES, CONSUMIDORAS POR NATUREZA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE OS NOVOS BRECHÓS INFANTIS	
Andréia Castiglia Fernandes	
Priscila Rodrigues de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.73821150419	
CAPÍTULO 20.....	268
MARKETING SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA O CONTROLE DO TABAGISMO	
Juliana Couto Monteiro de Barros	
João Felipe Rammelt Sauerbronn	
DOI 10.22533/at.ed.73821150420	
CAPÍTULO 21.....	284
A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS EM ESTÁGIOS INICIAIS: UM ESTUDO TEÓRICO-EMPÍRICO	
Ana Claudia Floriano da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.73821150421	
CAPÍTULO 22.....	303
EMPREENDEDORISMO, UM INSTRUMENTO SOCIAL, ESTUDO DE CASO NA ONG GERANDO FALCÕES	
Elisa Oliveira Santana	
Juliana Aparecida da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.73821150422	
CAPÍTULO 23.....	318
INOVAÇÕES SOCIAIS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: NOVAS FORMAS DE GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE HOTELEIROS	
Asier Baquero	
DOI 10.22533/at.ed.73821150423	
CAPÍTULO 24.....	328
EMPRESAS PREMIADAS COM O SELO VERDE: ESTUDOS DAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS QUE INFLUENCIAM NO DESEMPENHO SUSTENTÁVEL	
Gabriela de Vasconcelos	
Tânia Nobre Gonçalves Ferreira Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.73821150424	

CAPÍTULO 25	348
ABATE DE BOVINOS NO BRASIL E GESTÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS: TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE Eugenize Bezerra Lima DOI 10.22533/at.ed.73821150425	
CAPÍTULO 26	365
A RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL DA EMPRESA PIZZARIA ABC EM SEIS MESES DA PANDEMIA DO COVID 19 Iara Sônia Marchioretto Mayara Pereira de Lima DOI 10.22533/at.ed.73821150426	
CAPÍTULO 27	383
PERSPECTIVAS DOS CONSULTORES DO SEBRAE DA REGIONAL CENTRO MEDIANTE AO CENÁRIO ATUAL DA COVID-19 Jonas Roberto dos Santos Paixão Heverton Freire Almeida DOI 10.22533/at.ed.73821150427	
SOBRE O ORGANIZADOR	397
ÍNDICE REMISSIVO	398

CAPÍTULO 6

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO: UM RELATO DOS NÚMEROS DE ACIDENTES DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS NO BRASIL (2012-2018)

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 04/01/2020

Carlos Antonio da Silva Carvalho

Centro Universitário de Valença – UNIFAA
Valença – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/0064729090277762>

Júlio Cesar da Silva

Centro Universitário de Valença – UNIFAA
Valença – Rio de Janeiro
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4798378456913301>

Julya Lecyr Lopes Paciello Correa de Lima

Centro Universitário de Valença – UNIFAA
Paty do Alferes – Rio de Janeiro
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7099768606001786>

Sulamytha da Silva Brum

Centro Universitário de Valença – UNIFAA
Paty do Alferes – Rio de Janeiro
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3524897440668060>

RESUMO: A ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ainda é uma realidade presente nas relações trabalhistas existentes no Brasil, com desdobramentos que atingem empregado, empregador e sociedade. Este estudo descritivo-exploratório, de abordagem quali-quantitativa, utilizando como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental, teve como objetivo analisar e apresentar um panorama dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocorridos no Brasil no período de 2012-2018, tendo como base dados secundários disponíveis

no sítio eletrônico do Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho. A análise dos dados foi realizada por meio da estatística descritiva, com o auxílio do software Excel, e os resultados apresentados em tabelas, utilizando frequência absoluta e relativa dos dados. Os resultados da pesquisa apontaram para uma estatística alarmante em relação a acidentes, doenças ocupacionais e gastos previdenciários no período analisado, o que indica a necessidade de ações e debates sobre o assunto nos ambientes organizacionais.

PALAVRAS-CHAVES: Acidente do Trabalho, Qualidade de Vida no Trabalho, Saúde Ocupacional, Segurança do Trabalho.

HEALTH AND SAFETY AT WORK: A PORTRAIT OF OCCUPATIONAL ACCIDENT AND DISEASE NUMBERS IN BRAZIL (2012-2018)

ABSTRACT: The occurrence of work accidents and occupational diseases is still a reality present in labor relations in Brazil, with consequences that affect employees, employers and society. This descriptive-exploratory study, with a qualitative and quantitative approach, using bibliographic and documentary research as procedures, aimed at analyzing and presenting an overview of work accidents and occupational diseases that occurred in Brazil in the period of 2012-2018, based on data available on the website of the Digital Observatory for Health and Safety at Work. Data analysis was performed using descriptive statistics, with the aid of Excel software, and the results are presented in tables, using absolute and relative frequency of the data. The research

results pointed to an alarming statistic in relation to accidents, occupational diseases and social security expenditures in the analyzed period, which indicates the need for action and debate on the subject in organizational environments.

KEYWORDS: Work Accident, Quality of Life at Work, Occupational Health, Workplace safety.

1 | INTRODUÇÃO

O processo de globalização vivenciado nas últimas décadas gerou impactos na economia (JÚNIOR, 2002), o que exigiu das organizações diversas ações para se adaptarem, dentre elas, a integração de ações efetivas para garantir segurança, saúde, bem-estar e moral dos colaboradores, todas visando à qualidade. Nas empresas, essas ações são reforçadas pelas Normas Regulamentadoras (NR), elaboradas pelo Ministério do Trabalho, as quais definem claramente as obrigações de empregadores e empregados quanto à segurança e saúde no trabalho.

No entanto, mesmo diante dessas exigências de ordem econômica e da existência das NR, o número de mortos por acidentes de trabalho continua alarmante, como destacam Gomes e Arantes (2018): nos últimos cinco anos, foram registradas cerca de 15 mil mortes. Somam-se a esses óbitos, acidentes, afastamentos e gastos com a previdência, pois, para muitas empresas, as penalidades impostas pelas NR parecem, de certo modo, insignificantes ou ineficazes.

O contexto de trabalho é um fator que também pode contribuir para esse cenário negativo, pois para Graziano *et al.* (2014), ele impõe algumas exigências aos trabalhadores, as quais relacionam-se diretamente com a saúde desses profissionais, atingindo aspectos físicos e psicológicos, o que leva a uma cadeia de reações complexas a nível biológico, psicológico e social, podendo ocasionar o esgotamento ou até mesmo a exaustão dos recursos de cada indivíduo.

Esse processo de degradação pode ocorrer, segundo os autores, a partir de “situações do ambiente de trabalho que ameaçam as necessidades de realização pessoal e profissional e/ou sua saúde física ou mental, prejudicando a integração com o próprio ambiente de trabalho, desempenho e produtividade” (GRAZIANO *et al.*, 2014, p. 85). Por isso, Reis (2012) recomenda o trabalho em um ambiente seguro e saudável, que pode ser obtido por meio da utilização de todos os recursos disponíveis para promover a sensibilização, a prevenção e o controle.

Além do próprio ambiente de trabalho, a ausência ou ineficiência de políticas de prevenção, fiscalizações brandas ou inexistentes do uso de equipamentos de proteção coletiva e individual, bem como a imperícia, imprudência e negligência na utilização desses equipamentos pelos colaboradores são fatores que contribuem para o cenário alarmante de acidentes de trabalhos e doenças ocupacionais observados no país, com desdobramentos que atingem empregado, empregador e sociedade.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar e apresentar um panorama dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocorridos no Brasil no período de 2012-2018, disponíveis no sítio eletrônico do Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho.

Para alcançar o objetivo proposto, o presente trabalho encontra-se estruturado em cinco partes, além da introdução: referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos resultados, considerações finais e referências.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho

Priorizar a segurança do trabalhador, seja dentro ou fora da organização, deve ser visto como uma maneira de desenvolvimento e, conseqüentemente, valorização do ser humano, respeito à saúde e ao bem estar, proporcionando uma boa relação entre o empregado e o empregador, e não apenas pela obrigatoriedade de cumprir a legislação imposta.

Com o intuito de desenvolver um parâmetro para cumprir as atuações necessárias nas instituições, o Ministério do Trabalho criou, por meio da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978 (BRASIL, 1978), as Normas Regulamentadoras (NR), disposições complementares ao capítulo V da CLT, de “[...] observância obrigatória pelas organizações e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT” (BRASIL, 2020, p. 2), “[...] consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho” (BRASIL, 2019, p.1).

Em memória aos mineiros mortos em uma mina na Virginia (EUA) em 28 de abril de 1969, e com o objetivo de reforçar a importância de ações voltadas à prevenção aos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, foi instituído, em 2003, pela Organização Internacional do Trabalho, o “Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho”, o qual se comemora no dia 28 de abril de cada ano. No Brasil, a lei 11.121, de 25 de maio de 2005, instituiu essa mesma data como o “Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho” (BRASIL, 2005).

Para Martinez (2016, p. 547-548), “Os órgãos de segurança e saúde do trabalhador são entidades que integram a estrutura patronal com o propósito de garantir um meio ambiente laboral livre de riscos ocupacionais ou, ao menos, minimamente ofensivos.” Há um esforço de esferas diversas para que segurança e saúde ocupacional sejam postos em prática, sendo vários os instrumentos que tratam do assunto, tais como: a CLT, a

Constituição Federativa, as Normas Regulamentadoras, as convenções e os acordos coletivos de trabalho, e outros.

2.2 Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Infelizmente, as relações trabalhistas são assombradas pelos acidentes de trabalho, que de acordo com o artigo 19 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991,

[...] é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (BRASIL, 1991, p. 13).

Fica claro que o acidente de trabalho pode causar desde um simples afastamento, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho ou até mesmo a morte do trabalhador. Cabe ao empregador, de acordo com o artigo 22 da referida lei, comunicar o acidente à Previdência Social, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato às autoridades competentes.

Para os efeitos da Lei 8.213/91, as seguintes situações também se equiparam a acidentes de trabalho (BRASIL, 1991): o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação; certos acidentes sofridos pelo segurado no local e no horário do trabalho; doença que seja proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade e o acidente sofrido pelo segurado a serviço da empresa, ainda que tenha ocorrido fora do local e do horário de trabalho.

Deve-se destacar que

Para que o acidente, ou a doença, seja considerado como acidente do trabalho é imprescindível que seja caracterizado tecnicamente pela perícia médica do INSS, que fará o reconhecimento técnico donexo causal entre o acidente e a lesão; a doença e o trabalho; e a causa mortis e o acidente. Na conclusão da perícia médica, o médico-perito pode decidir pelo encaminhamento do segurado para retornar ao trabalho ou emitir um parecer sobre o afastamento (BRASIL, 2017, p. 10).

Quanto ao processo de notificação do acidente do trabalho e/ou doença ocupacional, este deve ser feito por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Todos os acidentes e doenças ocupacionais deveriam ter CAT registrada junto à Previdência, porém, há os casos de acidentes/doenças sem CAT registrada, sendo esses definidos por um dos possíveis nexos entendidos pela Previdência – Nexo Técnico Profissional/Trabalho, Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP, Nexo Técnico por Doença Equiparada a Acidente do Trabalho ou Nexo Individual, identificação feita pela nova forma de concessão de benefícios acidentários (BRASIL, 2017).

Sobre os tipos de acidentes de trabalho (BRASIL, 2017), a Previdência Social os classificam em acidentes típicos – aqueles decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo segurado acidentado; acidentes de trajeto – os ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa e doença de trabalho – doenças profissionais produzidas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho peculiar a determinado ramo de atividade.

Conforme explica Scaldelai *et al.* (2012), os acidentes do trabalho e as doenças ocupacionais ocorrem devido à exposição do trabalhador a riscos, sendo três os principais tipos de riscos a que estão sujeitos: riscos genéricos, específicos e agravados. Os riscos genéricos são aqueles a que todas as pessoas estão expostas. Os específicos, aqueles a que o trabalhador está sujeito, visto as suas atividades laborais. Já os agravados, representam a asseveração dos riscos por determinadas circunstâncias nas condições que exercem o trabalho. Por exemplo, a possibilidade de acidentes no trajeto casa-trabalho-casa constitui um risco genérico. Os acidentes com uma máquina de trabalho decorrem de um risco específico. O profissional, que passa o dia sobre andaimes, expõe-se a risco específico, porém, durante o verão, agravado por sofrer os efeitos da insolação.

Acrescenta-se a esses riscos, o aumento das atribuições e responsabilidades a que são submetidos os colaboradores, o que ocasiona uma sobrecarga de trabalho, a qual, em conjunto com fatores estressantes, acaba por aumentar os riscos de acidentes ao empregado, o que reforça a importância de maior observância às normas de segurança do trabalho e saúde ocupacional, bem como a aplicação de medidas de proteção pelo empregador.

Barsano e Barbosa (2012) pontuam que além da morte e do sofrimento para o trabalhador e sua família, os acidentes de trabalho têm reflexos sociais, ambientais, econômicos e políticos para toda a sociedade e para todos os países envolvidos. No entanto, nem todo empregador se sente responsável pelos empregados e tampouco querem ser condenados pelos danos ocorridos, alegando que a ocorrência se deu pela falta de atenção do empregado e não porque lhe faltou orientação, concessão de equipamentos de proteção individual ou coletiva ou até mesmo fiscalização.

É perceptível que com o passar dos tempos, houve um crescimento de legislações pertinente à relação de trabalho, mas, infelizmente, esse tem sido mais em termos conceituais do que práticos, isto é, não caminha junto com a eficácia de sua aplicação, como pode ser corroborado por Cassar (2018, p. 980) “[...] inexistente harmonia entre a norma e a realidade do ambiente de trabalho, consoante se observa pela crescente ocorrência de acidentes de trabalho e doenças de saúde ocupacional”.

Incrementando o assunto, Barros (2016) pontua que as más condições de trabalho provocam riscos já conhecidos há anos e que esses continuam a serem difundidos. Por isso, faz-se necessário a importância das políticas de prevenção de acidentes e o uso de

equipamentos apropriados, tais como os equipamentos de proteção individual (EPI) e os equipamentos de proteção coletiva (EPC).

Outro aspecto que reforça a importância de empregadores criarem meios para reduzirem os acidentes de trabalho é quanto à oneração da folha de pagamento, visto que a Previdência Social cobra sobre esta o Fator Acidentário de Prevenção – FAP, que é um multiplicador incidente sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho (BRASIL, 2007).

O FAP é pago por todas as empresas, no entanto, aquelas que possuem um índice maior de acidentes ou doenças do trabalho arcam com um valor maior do que as que possuem poucos ou nenhum. Essa é, portanto, uma forma que a Previdência encontrou para dividir a conta com as empresas e estimular que estas enveredam esforços para melhorar a segurança e a qualidade de vida do trabalhador.

Atualmente, a certeza de que o fator humano é primordial para o sucesso e crescimento diferenciado de uma empresa está mais avivado nas relações trabalhistas, porém, a sua efetiva aplicação requer uma posição de respeito em relação ao colaborador. É de suma importância que esses colaboradores tenham a sua disposição as ferramentas e equipamentos necessários para a execução de suas atividades, de maneira a equilibrar os hábitos existentes dentro das empresas e, conseqüentemente, gerar mais segurança e qualidade de vida.

Outro fator a ser observado é o referente à gestão, pois quando essa se volta para os aspectos que envolvem a qualidade de vida no trabalho, tornando-a relevante, permite dignificar o ser humano e contribui de forma significativa para que o mesmo alcance os seus objetivos. Portanto, as organizações, os gestores e os trabalhadores devem estar sempre voltados em defender seus esforços e seguindo corretamente a aplicabilidade das Normas Regulamentadoras existentes, para que a cada dia ocorram menos impedimentos na efetiva aplicação dos recursos organizacionais.

Torna-se necessária, portanto, a discussão diária quanto à necessidade de proteção real e aplicação das normas de segurança e medicina do trabalho, para que estas saiam do plano fictício e passe a ser realidade do cotidiano dos trabalhadores brasileiros, proporcionando qualidade de vida e proteção integral à saúde e ao bem-estar do agente.

3 | METODOLOGIA

Respalado na taxonomia de Vergara (2000) e Gil (2009), quanto aos objetivos, o presente estudo classifica-se como descritivo-exploratório, utilizando-se como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental com dados secundários, com abordagem quali-quantitativa para análise dos dados.

A pesquisa descritiva possibilita, segundo Vergara (2000), expor as características de determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer correlações entre

as variáveis e definir sua natureza sem, no entanto, ter o compromisso de explicar os fenômenos por ela descritos, embora seja utilizada como base para tal explicação.

Já os estudos exploratórios, na concepção de Gil (2009), têm como finalidade principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas com maior precisão ou de hipóteses pesquisáveis para estudos futuros.

A observação, classificação e descrição do fenômeno investigado foram efetuadas através do sítio eletrônico do Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho, delimitado o período compreendido entre 2012-2018.

O Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho é resultado de uma parceria entre o Ministério Público do Trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Universidade de São Paulo (USP). Trata-se de um sítio eletrônico que reúne dados e informações de forma organizada, o que facilita o acesso a estatísticas que antes se encontravam dispersas em bancos de dados de vários órgãos governamentais.

Por ser uma fonte confiável e segura de consulta, o Observatório tem sido utilizado por muitos pesquisadores e veículos de comunicação, visto que o conteúdo do sítio é desenvolvido a partir da conjunção de importantes bancos de dados, a saber: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); Sistema Único de Informações de Benefícios da Previdência Social (SISBEN); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); Censo IBGE; Sistema de Indicadores Municipais de Trabalho Decente (SIMTD) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A análise dos dados presentes no Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho foi realizada por meio da estatística descritiva, com o auxílio do software Excel, versão 2010, e os resultados apresentados em tabelas, utilizando frequência absoluta e relativa dos dados.

4 | RESULTADOS DA PESQUISA

Ter saúde, proteção e dignidade no âmbito laboral é uma forma de transformar um dever em uma relação prazerosa de cuidado entre o empregador e o empregado, podendo ser vista uma cooperação simultânea entre os sujeitos da relação. No entanto, nem sempre esse cenário positivo é encontrado nas relações estabelecidas entre empregadores e trabalhadores.

Dados coletados no sítio eletrônico do Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho (2019) apresentam números alarmantes referentes ao período de 2012 a 2018: a cada 49 segundos, em média, ocorre pelo menos 1 acidente de trabalho; em média, uma pessoa morre por acidente de trabalho a cada 3 horas e 40 minutos; somam-se, neste período, cerca de 16.455 mortes por acidente de trabalho; ocorrência de aproximadamente 4.503.631 acidentes de trabalho (com e sem CAT); o número de dias de trabalhos perdidos

por conta dos acidentes chega a 351.796.758; o gasto da Previdência Social com benefícios acidentários foi próximo de 79 bilhões de reais.

Destaca-se que os acidentes não são prejudiciais só ao empregado, como também ao empregador e à sociedade, pois causa um prejuízo financeiro aos cofres públicos devido ao custeio de auxílio previdenciário e aposentadorias por invalidez para acidentários, bem como pensões para a família dos acidentados mortos.

É perceptível que ainda há dificuldade de introduzir os posicionamentos relacionados aos conceitos sobre a segurança do trabalho nas organizações, pois essas acabam focando demasiadamente em estratégias normativas, que em grande parte das vezes não estão totalmente inter-relacionadas com as atividades que contemplam a vivência da empresa, o que torna uma contradição com o que se prega na teoria e o que se vive na prática (figura 1).

	UF	Comunicações de Acidentes	%	UF	Afastamentos B91	%	UF	Despesas da Previdência - B91	%
1º	SP	1.301.930	37,24	SP	479.673	28,20	SP	R\$ 4.895.604.703,79	27,62
2º	MG	353.600	10,11	MG	189.034	11,11	SC	R\$ 1.628.275.553,79	9,18
3º	RS	278.377	7,96	RS	162.422	9,55	RS	R\$ 1.590.082.849,53	8,97
4º	RJ	271.877	7,78	SC	149.089	8,76	MG	R\$ 1.552.933.765,44	8,76
5º	PR	269.756	7,72	PR	118.331	6,96	RJ	R\$ 1.345.768.120,73	7,59
6º	SC	185.288	5,30	RJ	97.390	5,73	PR	R\$ 1.106.213.697,45	6,24
7º	GO	96.117	2,75	BA	69.051	4,06	BA	R\$ 828.202.303,75	4,67
8º	BA	82.987	2,37	PE	58.736	3,45	PE	R\$ 727.444.362,28	4,10
9º	ES	81.031	2,32	GO	47.932	2,82	GO	R\$ 407.837.348,24	2,30
10º	PE	80.123	2,29	CE	38.068	2,24	PA	R\$ 397.341.015,00	2,24
11º	MT	70.814	2,03	MT	37.676	2,21	MT	R\$ 334.366.286,85	1,89
12º	CE	61.662	1,76	MS	31.520	1,85	CE	R\$ 304.968.006,80	1,72
13º	PA	59.752	1,71	PA	30.474	1,79	AM	R\$ 295.188.872,54	1,67
14º	MS	57.311	1,64	ES	24.359	1,43	MS	R\$ 282.318.066,03	1,59
15º	DF	41.142	1,18	AM	21.604	1,27	AL	R\$ 277.134.278,73	1,56
16º	AM	38.651	1,11	RN	19.908	1,17	MA	R\$ 253.969.910,49	1,43
17º	RN	29.479	0,84	PI	19.021	1,12	RO	R\$ 222.672.200,15	1,26
18º	AL	26.151	0,75	PB	17.585	1,03	RN	R\$ 217.014.178,26	1,22
19º	RO	24.936	0,71	MA	17.351	1,03	PI	R\$ 216.344.038,72	1,22
20º	MA	21.113	0,61	RO	17.019	1,00	ES	R\$ 213.078.768,67	1,20
21º	PB	19.376	0,55	AL	16.745	0,98	DF	R\$ 212.116.835,43	1,20
22º	SE	15.427	0,44	DF	16.420	0,97	PB	R\$ 150.900.016,11	0,85
23º	PI	9.901	0,28	SE	7.574	0,45	SE	R\$ 136.816.091,45	0,77
24º	TO	8.135	0,23	TO	4.673	0,27	AC	R\$ 46.370.748,34	0,26
25º	AC	3.878	0,11	AC	4.448	0,26	TO	R\$ 41.911.935,69	0,24
26º	RR	3.745	0,11	RR	2.579	0,15	AP	R\$ 24.095.540,25	0,14
27º	AP	3.530	0,10	AP	2.354	0,14	RR	R\$ 19.029.461,62	0,11
		3.496.089	100		1.701.036	100		17.727.998.956,13	100

Figura 1: Acidentes de trabalho, afastamentos e despesas com Previdência Social (2012/2018)

Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho (2019)

Deve-se destacar que o termo “B-91” refere-se ao Auxílio-Doença Acidentário, benefício concedido ao segurado (empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso ou segurado especial) em virtude da incapacidade decorrente de acidente de trabalho ou doença profissional.

A análise da figura 1 permite identificar que São Paulo é o estado campeão em registros de acidentes de trabalho, afastamentos e gastos da Previdência Social com benefícios, infelizmente, consequência de ser um grande polo industrial/produtivo; as seis primeiras posições negativas, de todas as categorias, são ocupadas por estados do Sudeste e Sul; em todas as categorias, seis estados são responsáveis por mais de 60% dos acidentes, afastamentos e despesas da Previdência, fruto também da concentração de empregos nestes estados, principalmente, indústrias; já os estados do Norte apresentam os menores números, explicados, em parte, por ter uma menor população trabalhadora formal.

Destaca-se que os quase 18 bilhões de reais da Previdência com os afastamentos decorrentes de acidentes/doenças ocupacionais, embora assustador, não é tudo, pois os gastos com todos os tipos de benefícios acidentários entre 2012 e 2018 são de aproximadamente 79 bilhões de reais, conforme pode ser visto no sítio eletrônico do Observatório (2019). Esse montante daria para investir em muitos programas de segurança e qualidade de vida do trabalhador e também em programas sociais, os quais certamente beneficiariam as populações mais carentes.

Quando se verifica o número de afastamentos por acidentes de trabalho no período de 2012-2018 (tabela 1), observa-se que a Região Sudeste responde por quase a metade (46,47%) de todos os acidentes ocorridos nesse período. Uma possível explicação é o fato de a região abrigar a maior concentração populacional, bem como ser o maior polo industrial onde, dada a natureza das operações e dos maquinários, estão os maiores índices de acidentes de trabalho.

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAIS	%
Norte	12.746	14.054	12.948	10.683	11.722	10.399	10.599	83.151	4,89%
Nordeste	47.004	45.566	43.609	30.044	36.591	31.313	29.912	264.039	15,52%
Centro-Oeste	22.478	22.716	21.403	14.284	19.422	16.584	16.661	133.548	7,85%
Sudeste	146.325	142.241	130.414	90.762	104.452	88.526	87.736	790.456	46,47%
Sul	75.657	79.103	71.551	51.425	56.782	49.518	45.806	429.842	25,27%
TOTAIS	304.210	303.680	279.925	197.198	228.969	196.340	190.714	1.701.036	100,00%

Tabela 1: Afastamentos por acidentes de trabalho de 2012 a 2018 por região

Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho (2019)

Ao comparar a Região Nordeste com a Região Sul (tabela 1), verifica-se que, embora a primeira apresente maior população (cerca de 60 milhões de habitantes) em

relação a segunda (cerca de 30 milhões), o índice de acidentes de trabalho é menor no Nordeste, terceiro maior polo industrial, sendo a segunda posição ocupada pelo Sul. Talvez essa discrepância esteja relacionada ao fato de o Nordeste possuir um índice maior de atividades informais (sem vínculo empregatício) quando comparado ao Sul, o que leva a uma subnotificação dos acidentes, já que esses deixam de ser registrados por meio da CAT.

A tabela 2 possibilita ter uma visão detalhada do número de afastamentos por acidente de trabalho em cada estado, ao longo do período analisado.

UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAIS	% POR UF
AC	716	745	784	544	665	529	465	4.448	0,26%
AL	3.671	3.175	2.438	1.827	2.099	1.840	1.695	16.745	0,98%
AP	395	440	417	297	321	257	227	2.354	0,14%
AM	2.925	3.454	2.937	3.106	3.144	2.964	3.074	21.604	1,27%
BA	12.505	11.863	11.122	7.231	9.597	8.535	8.198	69.051	4,06%
CE	6.594	6.960	6.554	4.194	5.219	4.409	4.138	38.068	2,24%
DF	2.602	2.851	2.442	1.598	2.410	2.091	2.426	16.420	0,97%
ES	4.175	4.208	4.148	2.803	3.339	2.826	2.860	24.359	1,43%
GO	7.461	7.858	7.727	5.274	6.979	6.436	6.197	47.932	2,82%
MA	2.919	2.591	3.046	2.066	2.720	2.175	1.834	17.351	1,02%
MT	6.822	6.444	6.077	3.762	5.921	4.416	4.234	37.676	2,21%
MS	5.593	5.563	5.157	3.650	4.112	3.641	3.804	31.520	1,85%
MG	33.734	34.076	31.242	21.698	25.230	21.639	21.415	189.034	11,11%
PA	5.189	5.254	5.181	3.641	4.005	3.484	3.720	30.474	1,79%
PB	3.100	2.943	3.013	1.936	2.441	2.171	1.981	17.585	1,03%
PR	19.907	21.136	19.585	14.528	15.938	14.039	13.198	118.331	6,96%
PE	10.335	10.170	9.649	7.022	7.650	6.994	6.916	58.736	3,45%
PI	2.828	3.017	3.121	2.377	3.118	2.287	2.273	19.021	1,12%
RJ	18.615	17.437	15.909	11.584	12.821	10.701	10.323	97.390	5,73%
RN	3.722	3.578	3.448	2.540	2.610	1.941	2.069	19.908	1,17%
RS	28.545	30.506	27.665	19.672	21.553	18.213	16.268	162.422	9,55%
RO	2.280	3.069	2.567	2.396	2.597	2.131	1.979	17.019	1,00%
RR	343	397	330	223	356	472	458	2.579	0,15%
SC	27.205	27.461	24.301	17.225	19.291	17.266	16.340	149.089	8,76%
SP	89.801	86.520	79.115	54.677	63.062	53.360	53.138	479.673	28,20%
SE	1.330	1.269	1.218	851	1.137	961	808	7.574	0,45%
TO	898	695	732	476	634	562	676	4.673	0,27%
TOTAIS	304.210	303.680	279.925	197.198	228.969	196.340	190.714	1.701.036	100,00%

Tabela 2: Afastamentos por acidentes de trabalho de 2012-2018 por estado

Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho (2019)

Uma leitura da tabela 2 permite identificar que, no geral, os afastamentos por acidentes de trabalho declinaram levemente no período de 2012-2014; apresentaram queda mais acentuada em 2015; voltaram a aumentar em 2016 e, em 2017 e 2018, expressaram uma nova queda.

A princípio, a redução dos afastamentos por acidentes de trabalho nos últimos anos levam a crer que as organizações estão se tornando ambientes dotados de mais segurança no trabalho. Porém, ainda que de maneira otimista queira-se comemorar, há dúvidas se isso seria suficiente para explicar os números.

Embora não haja consenso, uma das explicações é que o efeito da crise brasileira iniciada em 2014 e ainda com efeitos até o ano de construção deste artigo, 2019, provocou o fechamento de vagas de emprego e demissões. Houve a diminuição do número de brasileiros com carteira assinada e o número de trabalhadores informais teve um aumento significativo, o que leva a inferir que houve aumento do número de casos sem notificações (a chamada “cifra negra”) de acidentes de trabalho.

Deve-se ressaltar que sítio do Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho é muito rico, com inúmeros dados em várias telas. A seguir, são explicitados alguns dos dados presentes no observatório referentes ao período 2012-2018 que reforçam a importância do tema “saúde e segurança do trabalho” nos ambientes organizacionais.

a) As 10 principais partes do corpo atingidas em acidentes do trabalho: dedo / pé, / mão / joelho / partes múltiplas / tornozelo / perna / pélvis / antebraço / braço. Essas 10 partes representam 66,31% das 44 partes listadas, indicando a necessidade de maior atenção às medidas de proteção aos membros inferiores.

b) Os 10 principais tipos de lesões: corte, laceração, ferida contusa, punctura / fratura / contusão, esmagamento / distensão, torção / lesão imediata / escoriação, abrasão / luxação / queimadura ou escaldadura / doença / lesão imediata. Esses 10 representam 91,68% dos 28 tipos de lesões listadas, sendo importante a intensificação da concessão e fiscalização quanto ao uso de EPI e EPC, além de mais campanhas preventivas.

c) As 10 atividades campeãs em acidentes: atendimento hospitalar / comércio varejista (predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados) / administração pública / construção de edifícios / transporte rodoviário de carga / Correio / abate de suínos, aves e pequenos animais / restaurantes e serviços de alimentação e bebidas / fabricação de açúcar / coleta de resíduos não-perigosos. Essas 10 representam 29,53% das 669 atividades listadas. Essas atividades, principalmente na área da saúde, construção civil, indústria e transporte rodoviário, possuem muitos fatores de risco devido à natureza das atividades, o que não elimina a obrigatoriedade de empregadores e empregados converterem esforços maior em segurança.

d) Os 10 grupos de agentes campeões causadores de acidentes: máquinas e equipamentos / agente químico / queda do mesmo nível / veículos de transporte / agente biológico / ferramentas manuais / motocicleta / queda de altura / mobiliários e assessorios / esforço físico. Esses 10 representam 97,22% dos 21 grupos listados, percentual significativo, deixando claro que tais itens precisam de intenso cuidado no manuseio, bem como os equipamentos de proteção adequados.

e) Os 10 maiores agentes causadores de acidentes: motocicleta, motoneta / metal / veículo rodoviário motorizado / chão / veículo / faca, facão, ferramenta manual sem força motriz / ferramenta, máquina, equipamento / ser vivo / escada / máquina. Esses 10 representam 43,05% dos 302 tipos de agentes listados. A lista concentra máquinas ou equipamentos motorizados e não motorizados, sendo importantes os treinamentos periódicos de forma a manter o profissional sempre qualificado quanto ao uso desses.

f) As 10 ocupações campeãs de acidentes: alimentador de linha de produção / técnico de enfermagem / faxineiro / servente de obras / motorista de caminhão / auxiliar de escritório, em geral / auxiliar de enfermagem / carteiro / vendedor de comércio varejista / assistente administrativo. Essas 10 representam 27,09% das 2.279 ocupações listadas. Percebe-se que as ocupações possuem correlação com algumas atividades do item “c”, também campeãs de acidentes, o que reforça a importância de um olhar mais atento, principalmente, aos trabalhadores de indústrias, saúde e construção civil.

g) As 10 ocupações campeãs em benefícios previdenciários: alimentador de linha de produção / motorista de caminhão / servente de obras / faxineiro / vendedor de comércio varejista / pedreiro / auxiliar de escritório, em geral / trabalhador agropecuário em geral / cozinheiro geral / ajudante de motorista. Essas 10 representam 26,0% das 2.239 ocupações listadas. Identifica-se uma relação entre as ocupações de maior nível de acidentes e de benefícios previdenciários. Portanto, ao melhorar os investimentos em segurança do trabalho e saúde ocupacional, essas atividades e ocupações tenderão a reduzir os acidentes e os gastos com previdência social.

h) Os acidentes de trabalho conforme os dias da semana: terça (18,25%) / quarta (18,16%) / quinta (17,51%) / segunda (17,50%) / sexta (16,0%) / sábado (8,36%) / domingo (4,22%). Percebe-se que a ocorrência dos acidentes concentra-se nos dias de semana, quando todas as organizações estão em pleno funcionamento. Já os acidentes em sábados e domingos costumam ser menor, o que pode ser explicado pela menor quantidade de empresas funcionando nestes dias.

i) Os acidentes de trabalho nos principais feriados nacionais: Carnaval (23,35%) / Corpus Christi (10,23%) / Dia do Trabalho (9,26%) / Tiradentes (9,21%) / Independência do Brasil (8,92%) / Proclamação da República (8,58%) / Nossa Sra. Aparecida (8,20%) / Páscoa (7,87%) / Finados (7,43%) / Reveillon (5,42%). Era de se esperar uma maior concentração de acidentes no período de carnaval, infelizmente, face ao montante de dias e, principalmente, ao aumento do consumo de bebida alcoólica, o que leva à distração e à desatenção no exercício das atividades.

j) Os afastamentos previdenciários por grupos de doença: Osteomuscular e Tecido Conjuntivo (72,84%) / Mentais e Comportamentais (13,68%) / Nervosas (6,60%) / Aparelho Digestivo (4,18%) / Circulatórias (2,69%). As doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo são, principalmente, aquelas ocasionadas pelas lesões por esforço repetitivo (LER), tais como: as dores, afecções ou degenerações em articulações dos

membros superiores e inferiores, coluna vertebral etc. Por isso, faz-se importante as pausas durante o expediente; o uso de equipamentos apropriados; atenção aos movimentos de agachamento, levantamento de peso e posições do corpo.

k) Os afastamentos previdenciários por doenças: Dorsalgia (36,38%) / Lesões do ombro (28,34%) / Sinovite e tenossinovite (14,52%) / outros (11,17%) / Mononeuropatias (9,59%). Tais doenças estão associadas, em grande parte, ao grupo das doenças osteomusculares, as quais prevalecem quando se analisa os afastamentos previdenciários por grupos de doença.

l) Acidentes por gênero – masculino (68,28%) / feminino (31,72%). A classe masculina acaba por estar mais exposta aos acidentes, visto a natureza das atividades, que exigem maior força, uso de materiais e equipamentos pesados, além de concentrar-se em atividades e ocupações predominantemente masculinas, como indústria, construção civil, transporte rodoviário, dentre outras.

m) Acidentes por faixa etária masculina: < 18-29 (34,89%) / 30-39 (30,56%) / 40-49 (20,34%) / 50->60 (14,22%). Os acidentes acontecem em maior proporção dos 18 aos 39 anos, faixa etária que talvez concentre a maior proporção de trabalhadores com vigor físico, sendo reduzida a incidência de acidentes nas faixas etárias seguintes, dado também à natureza das atividades que passam a ser ocupadas.

n) Acidentes por faixa etária feminina: < 18-29 (28,54%) / 30-39 (32,79%) / 40-49 (23,64%) / 50->60 (15,03%). Assim como os homens, o público feminino também concentra os maiores índices de acidentes na faixa que vai até 39 anos. Embora as atividades para elas não sejam relativas a “peso”, os acidentes também acontecem em áreas que estão mais expostas, como: produção leve, saúde, comércio e serviços domésticos etc.

Diante desse cenário, deve-se trabalhar a implementação de orientações para incentivar as mudanças de comportamento dos colaboradores. A empresa empenhada com a preservação da saúde e segurança de seus funcionários pode, ao menos, minimizar as situações causadoras dos acidentes de trabalho por meio de algumas iniciativas como, por exemplo: desenvolver campanhas de conscientização quanto ao trabalho seguro, disponibilizar equipamentos de proteção individual e coletiva, realizar a manutenção preventiva dos equipamentos, contratar profissionais capacitados para realizar os treinamentos periódicos e utilizar os equipamentos de forma eficiente e segura.

O investimento em segurança do trabalho é importante, mas ainda considerado um gasto desnecessário por algumas organizações. No entanto, toda gestão deve cumprir a legislação, evitando gastos com pagamentos de multas e indenizações, reduzindo o número de acidentes e afastamentos médicos e, principalmente, garantindo que trabalhadores produzam, porém mantendo a integridade física e psicológica.

O assunto não é simples de ser tratado, pois além dos naturais riscos das atividades laborativas, há resistências de empregadores e empregados quanto às suas responsabilidades para que a segurança e saúde ocupacional sejam salutaras. Afinal,

avaliar e controlar situações de risco envolve bem mais do que o falar sobre as práticas de segurança, tem a ver com a aplicação de medidas efetivas de proteção ao trabalhador no exercício da sua função, a fim de evitar acidentes e doenças ocupacionais.

Ainda é grande a necessidade das organizações se adequarem às normas de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional para que o número de acidentes e doenças ocupacionais seja mitigado e o trabalhador passe a gozar de maior qualidade de vida no trabalho, pois isso influencia a relação entre empresas e empregados, gerando mais motivação e satisfação.

Vale ressaltar que a prevenção contínua e uma boa gestão dos programas de saúde e segurança do trabalho são as formas mais adequadas para garantir a qualidade de vida no trabalho, bem como preservar a vida dos trabalhadores. Portanto, prezar por incentivar boas práticas de conduta é essencial para que tais dados sejam efetivamente bons e haja uma queda significativa no número desses acidentes, independente dos estados, concentração industrial ou populacional.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A difusão do conhecimento e o debate aberto podem colaborar, nas palavras de Filgueiras (2017), para frear a multiplicação de mortes e demais lesões ao trabalhador em nosso país. Contudo, segundo o autor, para alcançar esse cenário é preciso ser crítico e autocrítico, evitando o corporativismo que ainda reina nas organizações.

Neste sentido, o presente artigo expôs um panorama dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocorridos no Brasil no período de 2012-2018, tendo como base os dados abertos disponíveis no site do Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho, desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho com a cooperação da Organização Internacional do Trabalho.

Muitos foram os achados da pesquisa, os quais servem de alerta para governo, empresas e empregados: a cada 49 segundos, em média, ocorre pelo menos 1 acidente de trabalho e a cada 3 horas e 40 minutos, em média, uma pessoa morre por acidente de trabalho; de 2012 a 2018, houve mais de 4,5 milhões de acidentes de trabalho; 16 mil mortes e cerca de 79 bilhões de reais gastos pela Previdência Social com benefícios acidentários. Esses são os dados oficiais, mas estima-se que sejam bem maiores, visto a subnotificação, além daqueles ocorridos com profissionais que possuem regime próprio de previdência como, por exemplo, militares, os quais não fazem parte da Previdência Social e, por isso, não são contabilizados.

Outros achados sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocorridos de 2012 a 2018 também foram significativos. Os membros inferiores são as partes mais atingidas nos acidentes. Cortes, fraturas, contusões são os tipos de lesões mais comuns. Atividades hospitalares, comércio, construção civil e transporte estão entre aquelas com

maiores índices de acidentes. Máquinas, equipamentos, agentes químicos, queda e veículos motorizados são os maiores responsáveis por acidentes.

Trabalhadores da produção, saúde, construção civil e transporte se acidentam frequentemente. As doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo (72,84%) são as que mais causam afastamentos previdenciários. Os homens (68,28%) sofrem mais acidentes do que as mulheres (31,72%), sendo que a faixa etária masculina com até 39 anos responde por cerca de 65% dos acidentes, enquanto a feminina, 61%.

As regiões Sudeste e Sul, 1º e 2º maiores polos industriais, respectivamente, concentram os maiores números de acidentes e concessões de benefícios acidentários. Estados como SP, MG, RJ, RS, SC e PR respondem por mais de 60% desses números.

O alento é que, embora alto, os acidentes de trabalho vêm, de maneira geral, diminuindo desde 2012. Mas ainda que se infira que as empresas estão atuando mais em segurança do trabalho, essa diminuição pode estar associada ao aumento do desemprego e da informalidade ao longo dos anos.

Deve-se ressaltar que, tanto no Brasil como no mundo, de forma geral, há muito a ser feito no que tange à prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais, sendo necessários mais investimentos e fiscalização dos governos, mais ações efetivas e de proteção laboral por parte dos empregadores e, também, o comprometimento do empregado com a própria vida.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr, 2016.

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Segurança do Trabalho**: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.042, de 12 de fevereiro de 2007**. Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e do Nexo Técnico Epidemiológico, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6042-12-fevereiro-2007-551014-publicacaooriginal-67115-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.121, de 25 de maio de 2005**. Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11121.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.121%2C%20DE%2025,Art. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Escola Nacional da Inspeção do Trabalho. **Normas Regulamentadoras – Português**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-menu/sst-normatizacao/sst-nr-portugues?view=default>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Portaria Nº 6.730, de 09 de Março de 2020. Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 49, p. 17, 12 mar. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-6.730-de-9-de-marco-de-2020-247538988>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência. **Anuário estatístico de acidentes do trabalho**, Brasília, v. 1, p. 1-996, 2017. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/09/AEAT-2017.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jun. 1978. Disponível em: http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Portaria/P3214_78.html. Acesso em: 18 mar. 2019.

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**: de acordo com a reforma trabalhista. 15. ed. São Paulo: Método, 2018.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil**. Brasília: Gráfica Movimento, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Paulo Celso dos Reis; ARANTES, Delaíde Alves Miranda. Brasil registra 15 mil mortes por acidente de trabalho nos últimos cinco anos [**Entrevista** concedida a] Michelle Chiappa. Radio TST. Brasília: Justiça do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho. Sex, 27 Abr 2018 14:00:00. Disponível em: http://www.tst.jus.br/radio-destaques/-/asset_publisher/2bsB/content/brasil-registra-15-mil-mortes-por-acidente-de-trabalho-nos-ultimos-cinco-anos. Acesso em: 26 jun. 2019.

GRAZIANO, Graziela Oste *et al.* Saúde do trabalhador: levantamento e análise dos acidentes e doenças ocupacionais das empresas do setor industrial de Piracicaba/SP no período de 2009/2011. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 8, n. 2, p. 84-99, 2014. Disponível em: <http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/657>. Acesso em: 22 jun. 2019.

JÚNIOR, Paulo Lot. Política, papéis e responsabilidades em saúde e segurança do trabalho: instrumentos da atividade integrada na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. **Pensamento & Realidade**, v. 10, n. 1, p. 78-93, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/8507>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

OBSERVATÓRIO DIGITAL DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO. 2019, on-line. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>. Acesso em: 9 maio 2019.

REIS, Roberto Salvador. **Segurança e Saúde no Trabalho**: normas regulamentadoras. 10. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2012.

SCALDELA, Aparecida Valdineia *et al.* **Manual Prático de Saúde e Segurança do Trabalho**. São Caetano do Sul: Yendis, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidente do Trabalho 66, 69

Advergame 217, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234

AET 142, 143, 144, 147, 148, 154

Alavancas de Controle 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16

Análise 10, 16, 89, 90, 109, 110, 114, 115, 126, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 154, 155, 157, 161, 166, 168, 183, 196, 201, 213, 214, 215, 246, 266, 282, 335, 340, 364, 377

Análise Fatorial Exploratória 155, 157, 161, 162, 167, 198, 202, 212, 213

Aprendizagem com Mobilidade 172, 173, 182, 184

B

Biblioteca 15, 43, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 205, 317

Brechó Infantil 255, 258, 259, 260, 261, 264, 266, 267

C

Capital Social 106, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 295, 297, 299, 369

Causas 65, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 145, 217, 230, 269, 307, 354, 370, 374

Clima Organizacional 20, 27, 28, 63, 64, 83, 86, 87, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 140

Competências Acadêmicas 45

Competências Gerenciais 44, 45

Comportamento do Consumidor 201, 214, 236, 237, 238, 240, 241, 253, 255, 256, 257, 261, 267, 318, 392, 394

Consultor 41, 42, 222, 383, 388, 389, 390, 392

Crítérios de Qualidade 172, 173, 174, 176, 183

D

Dificuldade 4, 64, 73, 157, 185, 186, 189, 190, 193, 194, 195, 219, 252, 259, 268, 269, 270, 274, 279, 280, 294, 331, 393

Discurso Publicitário 268, 270, 271, 272, 273, 282

E

Empreendedorismo 41, 105, 106, 284, 285, 287, 289, 291, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 315, 316, 317, 369, 384, 385, 390, 395

Empresário 108, 160, 383, 384, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394

Ergonomia 142, 143, 144, 145, 147, 148, 151, 153, 154
Escala HEdPERF 198, 200, 206, 209, 210, 212, 213
Estilo de Liderança 1, 2, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 40, 42
Estímulos Visuais 236, 237, 241, 244, 245, 250, 251, 252

F

Fatores Determinantes 155, 157, 161, 162, 164, 167, 228
Frequência 40, 66, 72, 97, 99, 100, 164, 165, 170, 185, 186, 190, 191, 194, 195, 201, 207, 208, 255, 258, 260, 264, 266, 288

G

Gamers 91, 92, 94, 95, 96, 100, 220, 228, 229, 231, 235
Gestão de Pessoas 20, 24, 25, 29, 37, 44, 83, 86, 88, 89, 90, 369
Gestão de Tecnologias 155

I

IES 155, 156, 157, 158, 161, 164, 165, 166, 167, 170, 215
Impacto 47, 64, 86, 87, 90, 98, 115, 158, 161, 220, 228, 230, 236, 241, 242, 243, 256, 257, 269, 270, 289, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 315, 316, 320, 321, 333, 337, 340, 342, 343, 346, 354, 359, 361, 364, 370, 371, 379, 383, 387, 391, 396
INCA/MS 268, 271, 272, 273, 274, 276, 281
Inteligência Emocional 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 65
Inteligências 48, 56, 57, 58, 59, 63, 64

L

Liderança 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 63, 87, 106, 111, 262, 341, 343, 385, 391
Liderança Universitária 45

M

Marketing 56, 170, 214, 215, 219, 233, 234, 236, 253, 266, 267, 268, 269, 281, 282, 324, 325, 326, 327, 344
Marketing Social 219, 268, 269, 270, 281, 282
Métodos Quantitativos 16, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216
Mobile Learning 172, 173, 174, 183, 184
Monitoria 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197
Mudança Social 268, 270, 273, 274, 279, 280

N

Negócio 111, 160, 255, 258, 259, 260, 262, 264, 266, 285, 287, 289, 290, 295, 296, 297, 304, 305, 306, 307, 316, 317, 338, 341, 358, 383, 385, 386, 389, 390, 391, 392, 394

Neuromarketing 236, 237, 240, 241, 253, 254

Normas 67, 68, 69, 70, 71, 79, 81, 82, 128, 142, 145, 147, 149, 153, 177, 330, 333, 351, 367

O

ONG 303, 306, 310, 311, 312, 313, 315

P

Produção de Conteúdo 91, 99

Professores Universitários 155, 337

Publicidade em Jogos 217, 218, 228, 232, 234

Q

Qualidade de Vida 58, 64, 66, 71, 74, 79, 84, 88, 89, 158, 304, 328, 329

Qualidade de Vida no Trabalho 66, 71, 79, 88

R

Recursos Humanos 25, 29, 83, 84, 85, 87, 89, 126, 128, 134, 135, 141

Redes 93, 94, 97, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 172, 244, 261, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 296, 308, 319, 320, 322, 324, 325, 326, 353

Reuso Inteligente 255, 256, 258, 259, 260, 264, 265, 266

Rotatividade de Pessoal 83, 84, 85, 86, 88, 89

S

Saúde Ocupacional 66, 68, 70, 77, 78, 79, 89

Secretariado Executivo 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 62, 65

Segurança do Trabalho 66, 68, 70, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 145, 154

Sistema de Controle Gerencial 1, 2, 3, 5, 16

Social 3, 8, 15, 35, 47, 48, 49, 50, 53, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 86, 88, 92, 93, 94, 102, 104, 106, 110, 122, 136, 168, 183, 186, 196, 213, 219, 223, 226, 228, 230, 231, 233, 235, 237, 255, 258, 264, 265, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 297, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 342, 343, 347, 348, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 377, 380, 381, 383, 385, 387, 391, 392, 394, 395

T

Tabagismo 239, 268, 269, 271, 272, 273, 277, 280, 281, 282

Técnicas Estatísticas 9, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 212, 213, 260

Trabalho 8, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 108, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 161, 164, 167, 172, 173, 174, 177, 178, 180, 181, 185, 186, 188, 189, 195, 197, 199, 208, 209, 210, 212, 217, 228, 230, 235, 236, 241, 252, 270, 272, 273, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 297, 299, 300, 307, 308, 309, 313, 315, 316, 337, 341, 345, 347, 351, 358, 362, 367, 368, 370, 371, 373, 375, 376, 378, 383, 385, 388, 392, 394

U

Universidade Federal de Roraima 30, 31, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 44

Usabilidade 101, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 356

V

Videogames 97, 98, 99, 100, 217, 221, 223, 232

Y

YouTube 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 233, 293

Youtubers 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL

 Atena
Editora

Ano 2021

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL

 Atena
Editora

Ano 2021